

I CONACSO - Congresso Nacional de Ciências Sociais: desafios da inserção em contextos contemporâneos. 23 a 25 de setembro de 2015, UFES, Vitória-ES.

O MTST e as práticas de ocupação urbana em Fortaleza

Leonardo Anderson Ricardo Vieira ¹

Juliana Magalhães de Castro²

Resumo:

A pesquisa que aqui se apresenta, pretende abordar o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) através das suas “práticas de ocupação urbana” na cidade de Fortaleza. A perspectiva de análise faz-se a partir de uma “pesquisa participante”, de perto e de dentro, com foco na ação coletiva decorrente das mobilizações, ocupações de terrenos, marchas, entaves de avenidas, reuniões com outros coletivos e movimentos sociais, sociedade civil e demais momentos do Estado. Pretendemos compreender sob qual malha, contexto social, ocorre a gênese e prática local deste movimento. Sobre quais maneiras estas se defrontam com as especificidades da questão urbana da cidade de Fortaleza. Para esta abordagem, opto pela produção de dados obtidos através de pesquisa bibliográfica acerca dos movimentos populares, movimentos sociais urbanos, cidade e estado contemporâneos, aliados à entrevistas estruturadas e semiestruturadas, imersos na busca da limitada “vivência” da “pesquisa participante”. Sobre os “discursos” e práticas daqueles que reivindicam o “pertencimento” ao MTST, dos seus “porta-vozes”, potencializando acúmulos no conhecimento social acerca dos Movimentos Sociais Urbanos.

Palavras Chave: Movimento Social Urbano; Ocupação Urbana MTST;

1Bolsista CAPES, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará

2Bolsista CNPq, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

A escolha do objeto encontra-se com inquietações oriundas do surgimento de novas experiências de luta urbana, a exemplo dos Piqueteros argentinos, da FEJUVE boliviana e dos Sem-Teto brasileiros. Estes Movimentos Sociais Urbanos tem atuado e fomentado novas culturas políticas, para além do raio de ação do sindicalismo, que historicamente, sobretudo na década de 80 no Brasil, obtiveram grande visibilidade e poder de mobilização. A ação coletiva dessas organizações ocorre paralelamente a um período de inchaço das grandes capitais da América Latina, a crises na mobilidade urbana e intensificação de fenômenos como a especulação imobiliária e gentrificação.

1. A cidade em Fortaleza

Unindo os ambientes de produção e reprodução das mercadorias e da vida, os locais de trabalho e de descanso, a cidade se apresenta como espaço de consolidação e reprodução das desigualdades sociais. (ARAUJO, 2010) Dentro dos seus limites, habitam categorias e classes, em diferentes condições de moradia, ocupando diferentes lugares sociais. O uso e a localização do solo urbano são vinculados às classes que os detém. Em meio à distância dos centros de produção e circulação de mercadorias, aos ambientes de repouso dos que produzem estas, há um caminho marcado por intervenções políticas e econômicas, públicas e privadas na malha urbana. Esses fatores tem grande relevância na consolidação de um quadro de insustentabilidade do modo de crescimento urbano. (SILVA, 1992).

Num contexto contemporâneo, a chamada crise urbana das metrópoles globais se expressa em dados oficiais da ONU, condensados em ONU Habitat- 2010/2011 (BOTELHO 2014). Neste, desde 2008, mais da metade da população mundial vive em cidades. Este marco no modelo de habitação global é fértil ao estudo comparativo entre o modo de produção do espaço urbano e o modo contemporâneo de fazer política dos MSUs.

O inchaço urbano global, acentuado ano após ano, se intensificou, no Brasil, a partir da segunda metade do século XX. A superpopulação contribui para a evolução de um quadro de insustentabilidade no panorama de crescimento das cidades brasileiras³. Um

³ No Brasil, De 2000 a 2010, ampliou-se em número de 4,2 milhões o número de moradores de favelas, num total de 10,7 milhões. Em paralelo ao crescimento da economia brasileira nos últimos dez anos em 42%, o número de favelas cresceu em números absolutos 75%. (MARICATO, 2011)

retrato desse quadro é o número de moradias sem condições apropriadas para habitação que cresce vertiginosamente no país. Fortaleza não foge à regra⁴.

Enquanto essa problemática se aprofunda, o estado do Ceará tem obtido crescimento econômico a níveis superiores à média brasileira. Segundo dados do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece) no ano de 2013, o crescimento foi de 3,4%, perante os 2,3% da média nacional, com ênfase nos índices da sua capital Fortaleza que, entre os anos de 2000 e 2010, tornou-se a metrópole brasileira de maior crescimento proporcional, produzindo o maior PIB do nordeste, destacando-se os setores de prestação de serviços e construção civil.

Dentre as consequências desse crescimento econômico, ocorre o aumento no valor da terra e dos aluguéis, elevando-se o déficit habitacional. Essa valorização, intensificada pela especulação imobiliária aprofunda o cenário da segregação urbana, removendo diversas famílias, tais como em áreas próximas à praia e aos centros urbanos assistidos por aparelhos de infraestrutura estatal. O crescimento urbano, junto à intervenção das políticas públicas, molda essas condições, influenciando na valorização dos preços dos imóveis periféricos na cidade, que praticamente dobraram em Fortaleza após o *Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV*⁵ (MARICATO, 2011).

O seu acelerado crescimento demográfico se diferencia do quadro de outras metrópoles que construíram a sua hegemonia com base no capital produtivo. O desenvolvimento em âmbitos populacionais, econômicos e políticos de Fortaleza, também sofreu influência da sua localização como praça de mercado, resultando no crescimento e consolidação do comércio como principal atividade financeira. Estas atividades foram hegemônicas por tradicionais famílias, que se reafirmam como classes dominantes, buscando implementar na cidade uma versão modernizada do poder exercido no campo, através de investimentos oriundos da produção rural na infraestrutura urbana. (BARREIRA E BRAGA, 1991; SILVA, 2001).

Do outro lado, apartadas das esferas de poder, somam-se as classes subalternas (GRAMSCI, 2000). Estas, constituídas em massa por migrantes, retirantes expulsos do

4A cidade de Fortaleza, por exemplo, saltou populacional de 180 mil habitantes em 1940, para quase dois milhões em 1990. (BARREIRA, BRAGA, 1983) Hoje, possui 2.551.805 habitantes. Censo Populacional 2013, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), visitado em 20 de outubro de 2014.

5 O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) obteve orçamento inicial de 35 bilhões de reais, dentre outras resultantes, aqueceu o mercado interno, posteriormente à crise global de 2008, resultando na produção, em cerca de 5 anos, de 3 milhões de habitações.

interior pelas condicionantes do êxodo rural, não absorvidas pelo embrionário desenvolvimento industrial cearense. Nesta trama, criou-se um gigantesco exército de desempregados, a mercê do capital comercial e da especulação do capital imobiliário. (BARREIRA E BRAGA, 1991).

Estas especificidades da formação econômica de Fortaleza influenciaram a sua peculiar formação metropolitana e o seu cenário político, com repercussões diretas no desenvolvimento das lutas populares, adornando a sua Sociedade Civil (BARREIRA, 1992). Dialogando com esse cenário está relação entre os Movimentos Populares e o Estado em âmbitos local (e nacional), marcada historicamente pelo atrelamento de lideranças populares ao próprio Estado, em meio à inclusão e subordinação destas às políticas públicas, vinculadas às secretarias governamentais sob direção de políticos tradicionais (AMANN, 1991; BARREIRA, 1992; JACOBI, 1993).

O crescimento de Fortaleza e a formação dos seus primeiros movimentos populares, ocorreu em meio a mudanças globais e nacionais no modelo de intervenção estatal. Após o período pós-segunda guerra, o Estado amplia suas funções, financiando diretamente o setor privado (POULANZAS, 1986). A ação do Estado teve grande importância na produção do espaço cearense, tendo como exemplo as intervenções da SUDENE no nordeste (SILVA, 1992).

No território urbano periférico, o *script* do confronto social por melhores condições de trabalho se adapta para o confronto por melhores condições de moradia. Diferentemente do que ocorre no espaço fabril, certas táticas como greves e piquetes – tradicionais elementos de enfrentamento entre trabalhadores e patrões – se mostram insuficientes como respostas organizativas para as condições presentes. A análise da luta dos movimentos sociais urbanos por equipamentos e serviços públicos se faz expressão da atuação destes sobre as contradições urbanas (CASTELLS, 2000). Abordar a lógica de organização espacial e o palco urbano pelo qual o MTST e outros atores sociais encenam o seu repertório é fundamental para o aprofundamento da análise sobre as suas táticas e posicionamentos perante o Estado. Suas performances e repertórios interagem com outros grandes conjuntos de atores que atuam neste mesmo “teatro”. *Uma companhia, não um indivíduo, mantém um repertório* (Tilly, apud Alonso, 2012: 25).

Assim, novas táticas são desenvolvidas. Das marchas, que não paralisam a produção de mercadorias, mas a circulação destas, das ocupações de terrenos que

questionam a posse da terra, enquanto mercadoria valorizada pela lógica da especulação imobiliária. (BOULOS, 2014) O lugar comum da moradia periférica abriu potencialidades para construções e reconstruções de identidades em meio a novas formas de organização coletiva (BARREIRA, BRAGA, 1991)

2. Cidade e Políticas Públicas

Mas a cidade é também, e sobretudo, a morfologia petrificada de uma forma de divisão social do trabalho que separa o campo e a cidade e que joga quem foi expropriado de seus meios de vida na convivência com os expropriadores. É, portanto, viva de relações sociais, e, o caso da cidade orgulhosamente capitalista, é também expressão imediata de uma forma de exploração social e econômica”. (KOWARICK, 1979)

O Estado tem interferência direta no espaço urbano. A formação da periferia é determinada pela lógica do modo de produção e apropriação da cidade. A questão social presente na criação de bairros periféricos se sustenta na valorização da terra em meio ao Estado, propiciando a produção de riqueza, essa produção necessita da garantia de condições para a “ordem”, manutenção e reprodução do sistema capitalista. Ao Estado cabe criar de condições de reprodução da força de trabalho, fornecendo serviços de utilidade pública, dentre estes, transporte, pavimentação e saneamento. Esses "benefícios" providos pelo Estado são de suma importância para a valorização da área urbana. Assim, quanto mais carente uma região em serviços de utilidade pública, menor será o seu preço e menor será a sua importância para a especulação imobiliária.

O valor da propriedade urbana é o conjunto de uma série de qualidades da terra enquanto mercadoria. De início, pelo valor do próprio terreno e do próprio imóvel construído neste, de acordo com as condições físicas da sua construção, somado pelas condições da sua localização e proximidade aos serviços de utilidade pública, como água, luz, esgoto, proximidade a mercados, bancos, escolas, acessibilidade aos locais de trabalho, aliado ao valor das propriedades construídas ao entorno, da vizinhança. O preço por uma propriedade é pago, sobretudo ao direito ao seu uso e ao que tiver ao seu redor.

Em meio às contradições expressas na realidade social, percebo a análise dos movimentos sociais, enquanto manifestações decorrentes da relação capital/trabalho, fundantes à Questão Social, às conformações do Estado, da Sociedade Civil e do Mercado (produtivo e comercial). Nessa ótica, os movimentos sociais atuantes na cidade, expressam contradições específicas da questão urbana. De acordo com o modo de produção e reprodução da sociedade e do seu sistema econômico. Nesse trabalho, caracterizo os movimentos sociais os apresentando enquanto expressões da luta de classes, acumulando à formação de uma contra hegemonia forjada pelas experiências das lutas das classes subalternas.

Segundo Manuel Castells (1976), os movimentos sociais urbanos incidem dentro das “contradições urbanas”. Essas contradições, enquanto processos também decorrentes da incapacidade do sistema capitalista em harmonizar a produção e distribuição dos meios necessários para a reprodução da força de trabalho. Essa lógica acaba por sobrepor essas necessidades à incessante busca pelo lucro. Neste contexto, afim da garantia da ordem social e da reprodução da força de trabalho, cabe ao Estado uma intervenção e incentivo na área urbana cada vez maior no âmbito da gestão e organização dos serviços públicos.

Movimientos sociales urbanos son sistemas de prácticas sociales, contradictorias, es decir, controverten el orden establecido de las contradicciones específicas de los problemas urbanos (CASTELLS 1976 in: Estado, Classe e Movimentos Sociais, MONTAGNO & DURIGUETTO, 2003)

A lógica da intervenção estatal é pautada por conflitos urbanos em meio à gestão dos bens públicos, necessários à sobrevivência, qualidade de vida e reposição de energias para o trabalho. Os movimentos urbanos, por sua vez, se põem em permanente confronto com o Estado, lutando por mudanças no meio urbano, se inserindo ao bojo dos movimentos sociais, quando se fazem movimentos políticos confrontando a ordem vigente.

Em Castells, a intervenção estatal demonstra os seus limites, de acordo com a impossibilidade e indisposição do sistema capitalista do Estado, e do governo gestor na promoção do fim da desigualdade social. Os movimentos sociais confrontam a ordem, estabelecendo debates sobre as contradições presentes na Questão Urbana.”

Segundo Jean Lojkin, retomando o pensamento de Lênin e Gramsci, a constituição do Estado nas sociedades capitalistas avançadas necessitaria de maior incidência da sua intervenção no urbano, abrindo margem para uma perspectiva mais ampla da relação Cidade-Movimento Social. Dessa forma, a luta pelos equipamentos e serviços públicos não se apresenta alheia à relação entre as estruturas de produção e a exploração do trabalho. O espaço urbano se constitui como palco do espetáculo da luta social. Em Lojkin, o movimento social urbano se expressa como movimento da luta de classes, não vislumbrando apenas a luta por demandas e serviços públicos, também buscando participar ou tomar o poder político do Estado.

A noção de movimentos sociais para Lojkin. Para nosso autor, o movimento social expressa o mais alto grau da luta de classes, especialmente se estas forem organizadas e levadas até o fim por um partido político capaz de representar os interesses das classes dominadas (idem, ibidem, p.293-294). Assim, “longe [...] de serem opostas, a mobilização das massas e sua organização política estão intimamente ligadas ao movimento revolucionário” (MONTAÑO-DURIGUETTO, pág 329)

Sobre o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST): Breve Histórico

O embrião do MTST foi gestado no útero do MST (Movimento dos Trabalhadores sem Terra), suas origens datam do final da década de 1990. Em 1997, o MST construiu a Marcha Popular Nacional, cruzando diversas cidades no intuito de estabelecer laços organizativos com outros movimentos da questão rural e urbana. Em Campinas esse processo ocorreu de forma mais intensa e partir de então, militantes do MST junto a militantes de movimentos locais, iniciaram um trabalho de estudo sobre os problemas sociais urbanos.

Por volta dos anos 2000, esse movimento faz síntese no intuito de acumular para um projeto político de transformação social. Para tal, conta-se com sujeito para a sua base social: A população pobre e periférica das grandes e médias cidades e com um eixo de atuação: A partir da reivindicação por moradia e reforma urbana. Vão se criando contatos com militantes e movimentos das capitais brasileiras, de início em São Paulo, Rio de Janeiro e Recife.

A partir do governo Lula, ocorrem duas ocupações de grande acúmulo para a consolidação do movimento. A primeira em 19 de Julho de 2003, em São Bernardo do Campo. Não houve espaço para negociação com o movimento e em menos de um mês, houve o despejo. Após esse processo são intensificados o debate sobre a atuação e a formação política dos militantes. As próximas ocupações só virão a acontecer em 2005, em Itaipicirica a Serra e Taboão da Serra. Essa são ocupações inauguraram uma nova fase do movimento com novos patamares de organização e elaboração interna. As relações internas e as formas de negociação com os governos se aperfeiçoam. O Estado também muda a fora de relação com o movimento, criando canais de negociação.

Após um ano de ocupações a nível estadual, o movimento se lança ao objetivo de nacionalização, através da formação de grupos de atuação em diferentes estados, sempre sob a organização nacional do MTST. Esse processo de ampliação acaba por colocar o MTST em enfrentamento direto com o governo estadual. As manifestações acabam por desgastar o governo, vide a construção de ações que chamem a atenção da população e da mídia, procurando assim a abertura das negociações. Aprofundam-se as táticas de trancamento de estradas (entravamentos), forçando a interrupção da circulação de mercadorias, em forma de protesto. Mesclam-se táticas como as Marchas, acorrentamentos, greves de fome em locais de grande circulação. O marco desse processo

foi o acorrentamento a um prédio do então presidente Lula, em julho de 2009. Após 8 dias, foram abertas negociações com a promessa de inclusão das famílias acampadas no programa Minha Casa Minha Vida.

Os sujeitos em movimento: a formulação do MTST

A compreensão do sujeito Sem-Teto pelo MTST perpassa por uma análise qualificada da questão da moradia envolvendo valores quantitativos e qualitativos. No Brasil existem 6 milhões de famílias sem casa, número muito mais amplo que a população de rua. São pessoas que vivem em barracos, que pagam aluguel, comprometendo o acesso a produtos básicos de consumo, que moram de favor na casa de parentes, que de alguma maneira encontram condições de refúgio. Junto a este déficit quantitativo, há um déficit qualitativo de mais 15 milhões de famílias que mesmo com casa própria (regularizada ou não) são ausentes de serviços básicos como saneamento, energia elétrica, coleta de lixo, etc. Portanto, em sua maioria, a base social do MTST é de trabalhadores com baixo poder de renda, instabilidade de trabalho, localizados territorialmente nas periferias urbanas. “o surgimento do MTST tem relação direta com as condições de vida dos subproletários, em cuja luta por moradia se engajam.” (GOULART, 2014)

Nesse tempo histórico, a formação e organização dos trabalhadores do Brasil tem relação direta com o surgimento do MTST. Sob uma avaliação de refluxo dos enfrentamentos com o Estado, entre a desorganização e o enfraquecimento da luta sindical e dos movimentos populares, o MTST se expande e intensifica suas ações quase que integralmente durante os governos do PT, sobretudo no ano de 2006, início do período de maior aprovação social do governo Lula. Nesse ambiente marcado por crescimento econômico e aprovação de diversas lideranças populares, a nacionalização do MTST é estratégica para a realização dos objetivos traçados em sua cartilha de militantes: A conquista da moradia, a reforma urbana e a transformação social pela via da construção de uma identidade coletiva.

O MTST em Fortaleza

Em Fortaleza, o movimento surgiu em 2011 através de um coletivo que deu início ao processo de articulação, formação e organização de trabalhadores sem teto na cidade para a luta pela garantia do direito à moradia. Após esse processo, o movimento dirige sua primei-

ra ocupação na cidade, apoiada pela Rede Nacional de Luta Pela Moradia, em julho de 2014, período de Copa do Mundo. A ocupação foi “batizada” por Copa do Povo, localizada no bairro da Paupina. Segundo algumas direções do movimento, essa ação veio intuito de iniciar o processo de experiência em ocupações enquanto movimento na cidade, aproximando e consolidando novos militantes.

No ano de 2014, o MTST alcançou grande repercussão nacional, conquistando visibilidade através de uma série de manifestações e ocupações massificadas. Em Fortaleza, surge no ano de 2011, a partir da formação de um coletivo com a tarefa de estabelecer a articulação e a formação política de militantes da questão da moradia. O interesse pelo objeto adveio da vivência com o primeiro processo de ocupação urbana, protagonizado pelo MTST em Fortaleza. Apoiada pela *Rede Nacional de Luta Pela Moradia*, a ocupação foi batizada de *Copa do Povo*, por ter ocorrido durante os meses de **Julho** e Agosto de 2014, na mesma época de realização de jogos da Copa do Mundo e da sexta reunião da cúpula dos BRICS⁶ nesta cidade.

Nesse período, diversos movimentos sociais e militantes políticos solidários foram convidados a participar da ocupação. Por ter vivenciado com outros movimentos sociais várias mobilizações na cidade, estive presente nesta. Segundo alguns dirigentes com os quais pude conversar, essa atividade teve o intuito de iniciar o processo de experiência de ocupações como movimento na cidade, aproximando e consolidando novos militantes.

Assim, ocorreram caminhadas e travamento de rodovias, para o estabelecimento de negociações com órgãos públicos, a exemplo da Secretaria Estadual e a Fundação de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza (HABITAFOR). Após a negociação com estas instâncias, houve a desocupação do terreno; e, posteriormente, reuniões com outros movimentos sociais, na tentativa de se fazer avançar uma campanha permanente encabeçada pelo Movimento na cidade. Tal campanha, intitulada “Pão, Paz e Terra”, surge para estabelecer unicidade na reivindicação de restaurantes populares, regulamentação fundiária e combate à violência urbana.

Ao longo desse processo, ocorreram periodicamente, panfletagens em locais de grande concentração de fluxo de pessoas. A minha presença em tais atividades fez-se constante. E, a partir da observação das práticas políticas estabelecidas pelo Movimento,

6 Em 15 de julho de 2014, durante a sexta cúpula do BRICS, em Fortaleza, Ceará, os presidentes de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul assinaram um acordo, oficializando a criação do Novo Banco de Desenvolvimento, (NBD), o “banco dos BRICS”, cujo principal objetivo é o financiamento de projetos de infraestrutura e desenvolvimento em países pobres e emergentes.

decidi tomá-lo como *tema de investigação social* (TOURAINÉ, 1989). Desde então, tenho acompanhado *de perto e de dentro* (MAGNANI, 2002) as atividades *externas*, consolidando contatos com membros do movimento.

Referências bibliográficas

AMMANN, Sáfira. **Movimento Popular de Bairro**. 1991: De frente para o Estado em busca do Parlamento. São Paulo: Cortez Editora

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 6.ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Ed. Unicamp, 1999.

ARAÚJO, Ana Maria Matos. **Fortaleza, metrópole regional: trabalho, moradia e acumulação**. Fortaleza: EDUECE, 2010.

BARREIRA, Irllys. A. F **O Reverso das Vitrines**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1992.

BARREIRA Irllys Alencar Firmo, BRAGA Elza. (Org.). **A Política da Escassez**: lutas urbanas e programas sociais governamentais. FORTALEZA: Fundação Demócrito Rocha, 1991.

BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1999.

BOTELHO, Maurilio Lima. **Favelização e o Colapso Urbano da sociedade capitalista**. Territórios Transversais, resistência urbana em movimento, Junho 2014. p. 06.

BOULOS, Guilherme. **Por que ocupamos?:** uma introdução à luta dos sem-teto.2. Ed. Ampl. E rev.São Paulo: Scortecci, 2014.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.) **Pesquisa participante**. São Paulo:Brasiliense,1981.

CAMPOS FILHO, Candido Malta. **Cidades brasileiras: seu controle ou o caos**. 4 ed. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

CASTELLS, Manuel. **Cidade, democracia e socialismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

_____. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci e as ciências Sociais**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo: Cortez, 1992. (Col. Polêmicas do Nosso Tempo, n. 51.)

ENGELS, Friedrich. **A questão da habitação**. Belo Horizonte, Aldeia Global Livraria e Ed., 1986.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

GOULART, Débora Cristina. **MTST, avanços e obstáculos de uma luta anticapitalista: Territórios Transversais, resistência urbana em movimento**, Junho 2014. pp. 24.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Vol. III, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

JACOBI, Pedro. **Movimentos sociais e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1993.

KOWARICK, Lucio **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

LENIN, Vladimir Ilich. **O Estado e a revolução**. O que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução. São Paulo, SP. Ed. Expressão Popular. 2007.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana**. Revista Brasileira de Ciências Sociais; volume 17, número 49, páginas 11-29. Junho 2002.

MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2011.

MONTAÑO, Carlos e DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimentos sociais**. Coleção Biblioteca Básica do Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2010.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1986

SILVA, José Borzachiello. **Quando os incomodados não se retiram: uma análise dos movimentos sociais em Fortaleza**. – Fortaleza: Multigraf Editora, 1992.

SINGER, A. **Os sentidos do Lulismo**, São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOARES, Laura Tavares. **Os custos do ajuste neoliberal na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2001